

ANC

A corrida da sucessão

Almino Afonso já se prepara para substituir Quércia

JOÃO BATISTA NATALI *

Da Reportagem Local

O vice-governador de São Paulo, Almino Afonso, reuniu num sítio seus mais próximos assessores no sábado retrasado, comunicando-lhes ser altamente provável que a partir de 15 de maio passaria a substituir definitivamente o governador Orestes Quércia, que se desincompatibilizaria a tempo para concorrer à sucessão do presidente Sarney.

A margem de dúvida de Almino foi reduzida sensivelmente, não tanto pelo fato de Quércia estar alardeando sua candidatura. Ao contrário, mantém-se discreto com parcela significativa de seu secretariado, e ainda anteontem reiterou da boca para fora que cumpriria até o fim seu mandato de governador. Mas restaram poucas dúvidas em razão da decisão da Comissão de Sistematização, domingo último, que, antes mesmo de ratificada pelo plenário constituinte, desencadeou a campanha presidencial que tem em Quércia um dos postulantes pelo PMDB.

Almino Afonso admitiu ontem à tarde a possibilidade de cumprir dois anos e dez meses do mandato titular de quatro anos, para o qual foi eleito como vice-governador. De fato, ao visitar o deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP) no Instituto do Coração, e após precauções retóricas destinadas a sublinhar que Quércia nunca assumiu a posição de candidato, declarou que completaria o mandato, condicionando essa formalidade constitucional à manutenção, pela Constituição a ser promulgada, das atuais regras que permitem a um

vice o exercício definitivo do Executivo vacante, mesmo quando o titular deixou de completar no mínimo a metade do período para o qual foi eleito. Em outras palavras, se os constituintes retomarem dispositivos que vigoraram entre 1946 e 1967, que previam novas eleições caso aquele período não fosse cumprido pelo titular, o vice-governador renunciaria para disputar a convenção que indicaria o concorrente peemedebista à sucessão antecipada no Estado.

O roteiro de Almino é apenas um indicio complementar das mais que óbvias ambições do governador de São Paulo. Elas transparecem há tempos com os gastos publicitários do Palácio dos Bandeirantes, e são hoje refletidas por um "état d'esprit" de assessores que evitam comentar o assunto com terceiros. Alguns deles foram informados por Quércia que, em conversa reservada durante sua última passagem por Belo Horizonte (MG), o governador local, Newton Cardoso, com um grau de sinceridade considerado "confiável", discorreu sobre o peso eleitoral de São Paulo na sucessão de Sarney e sobre a importância numérica do PMDB paulista, concluindo que ele, Quércia, seria o melhor candidato para eleições que então se previa para 1989.

Ainda com relação a outros governadores, a Folha apurou que são consideradas "excelentes, a ponto de surpreender", as relações entre o atual ocupante do Palácio dos Bandeirantes e Miguel Arraes (PE) ou Waldir Pires (BA), este último apontado como o provável companheiro de chapa de Quércia, caso se mantenha o presidencialismo e se reinstitua

a figura do vice-presidente da República, sumprida pelo anteprojeto votado na Comissão de Sistematização. Pires entraria na composição não apenas por motivos regionais —o Nordeste—, mas sobretudo porque, com um perfil ideologicamente mais definido, de certa forma douraria o brasão de um cabeça de chapa que definitivamente não se enquadra no esteriótipo do dirigente peemedebista "histórico". A dobradinha Quércia-Waldir não é apenas ventilada em São Paulo, onde, em princípio, os quercistas teriam interesse em apresentar a fórmula como definitiva, para viabilizá-la na espiral acelerada da sucessão de Sarney. Em verdade, ela já circula em Brasília, e antontem mesmo era mencionada, a três constituintes que com ele conversavam no saguão do Anexo 4 do Congresso, pelo deputado Delfim Netto (PDS-SP).

Outro cálculo que se apurou estar presente na estratégia a curto prazo dos quercistas: impedir qualquer cisão no PMDB, que barre o caminho do governador à condição de um dos dois finalistas no segundo turno da eleição presidencial. Essa cisão é possibilitada por uma das disposições transitórias do substitutivo da Sistematização, que permite a criação provisória de novos partidos com a simples adesão de trinta deputados federais ou senadores. Entre os descontentes que poderiam fazer uso desse recurso, estão os peemedebistas de São Paulo aberta ou veladamente hostis a Quércia. Para neutralizá-los, só haveria uma alternativa: a negociação.

Colaborou Luiz Antônio Novais



O vice-governador Almino Afonso deixa o Instituto do Coração após visita a Ulysses

Governador quer unir peemedebistas em torno de um só nome à Presidência

Do enviado especial a Brasília

Aprovados preliminarmente os quatro anos de mandato para o presidente José Sarney, o governador de São Paulo, Orestes Quércia, deve ampliar para o âmbito nacional o grande acordo entre as lideranças do PMDB paulista que já estava sendo articulado antes da votação de domingo e serviria exclusivamente para a disputa da Prefeitura de São Paulo.

A articulação destina-se "a superar eventuais divergências de lado a lado para que ao menos São Paulo esteja unido", como diz o secretário de Obras do Estado, João Osvaldo Leiva, braço direito e candidato preferido de Quércia para a Prefeitura.

O próprio Leiva mergulhou fundo nos entendimentos, a ponto de já ter se reunido, em Brasília, com o senador Fernando Henrique Cardoso, líder do PMDB no Senado e principal opositor de Quércia no PMDB paulista, e com Sérgio Mota, um dos principais operadores políticos do senador.

A aproximação, conforme a avaliação obtida pela Folha, avançou bastante, a ponto de poder estar

definitivamente amarrada já nos próximos dias.

Mas, agora que a eleição presidencial está à vista, o "acordão" tende a ganhar uma dimensão ainda mais ampla, para envolver não só a Prefeitura paulistana e não só os grupos de Quércia e Fernando Henrique, mas também os do senador Mário Covas e do ex-governador Franco Montoro, já pensando na sucessão presidencial.

Leiva mantém estreitos contatos com alguns expoentes do "covismo" em São Paulo, como a deputada estadual Guiomar Namó de Mello, o vereador Arnaldo Madeira e o primeiro-secretário do PMDB paulista, José Maria Monteiro.

Mas esses contatos não significam que Quércia e Covas já tivessem chegado a um acordo, ao contrário dos rumores muito fortes que correm há dias tanto em São Paulo como em Brasília. O acordo, ainda de acordo com os rumores, preveria o apoio de Covas à candidatura Quércia à Presidência e de Quércia à candidatura Covas ao governo do Estado em 1990 (o vice-governador Almino Afonso, também candidato a candidato ao governo paulista, sairia da disputa, na medida em que ficaria no governo

durante dois anos, pois Quércia se desincompatibilizaria para disputar a Presidência).

"Só li nos jornais", comentou ontem o senador Mário Covas a respeito do suposto acordo. Essa negativa é compartilhada também nos círculos mais próximos do governador Orestes Quércia.

Se não há um acordo, joga a favor dele um fator: pelo que a Folha apurou, Covas compartilha da tese do senador Fernando Henrique segundo a qual é praticamente impossível derrotar uma eventual candidatura Quércia no âmbito do PMDB. Logo, se Covas quer ser mesmo candidato a governador, como ainda ontem insistiu que é a sua intenção, precisa de um acordo com Quércia, a menos que pretenda deixar o PMDB.

Contra o acordo, pesa uma avaliação lógica: o entendimento ajudaria Quércia a ser candidato à Presidência, seria um reforço para a sua campanha, daria a Almino dois anos no Palácio dos Bandeirantes, mas, para Covas, sobreria apenas a expectativa, a médio prazo, de se eleger governador, em um país em que a situação política muda com impressionante velocidade. (Clóvis Rossi)

Covas desiste do presidencialismo 'mitigado' e admite parlamentarismo

Da Sucursal de Brasília

Depois de muita negociação, os parlamentaristas convenceram o senador Mário Covas (PMDB-SP) a abandonar a tese do "presidencialismo mitigado" e apoiar o parlamentarismo mesmo no caso de se fixar sua candidatura a presidente da República, em 1988. "Nós consagramos um fato, vamos lutar para consolidá-lo", disse Covas ontem, sobre a decisão da Sistematização que fixou para 15 de março de 1988 o início do novo sistema de governo.

A nova posição de Covas terá efeito imediato sobre a votação tanto do sistema de governo quanto do mandato do presidente Sarney, no plenário do Congresso constituinte. O segundo alvo dos parlamentaristas, agora, é o ministro Aureliano Chaves, presidente de honra do PFL. Eles temem que a eventual candidatura de Aureliano a presidente seja contra o parlamentarismo.

A Folha apurou que o senador Afonso Arinos e a deputada Sandra Cavalcanti, do PFL do Rio, articulavam ontem uma reunião com Aureliano e o presidente nacional do partido, Marco Maciel (PE), mais o senador José Richa (PMDB-PR),

para discutirem a campanha eleitoral e o sistema de governo. O objetivo é obter de Maciel e principalmente de Aureliano —dois presidencialistas— o compromisso de que não trabalharão contra o parlamentarismo.

Com Covas esse trabalho foi concluído com êxito na madrugada do domingo, horas antes de a Sistematização votar o mandato de quatro anos para Sarney. Uma longa conversa entre Richa (parlamentarista) e Covas convenceu o senador paulista a incluir no discurso que faria logo mais um compromisso de manter o parlamentarismo, no futuro, o que de fato aconteceu. Foi esse acordo que garantiu o voto pelos quatro anos da deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ). Até então Sandra dizia que iria se abster na questão do mandato. "Eu sempre disse que essa discussão de quatro ou cinco anos para Sarney era contra o parlamentarismo. E o meu negócio é o parlamentarismo", disse ela ontem. Sandra só mudou seu voto para quatro anos quando ouviu o discurso de Covas. O próprio senador, a partir daí, passou a defender a tese com mais desenvoltura.

Ao contrário do que diziam parlamentaristas como Afonso Arinos,

Covas disse ontem que o mandato de quatro anos "beneficiará o parlamentarismo". "Se fosse um mandato de cinco anos, aí sim seria o contrário". Seu raciocínio: se Sarney ganhasse a batalha pelos cinco anos, teria mais condições de reverter a votação do sistema de governo em plenário e trazer de volta o presidencialismo.

Extrair um compromisso semelhante com Aureliano Chaves será mais complicado, devido à pressão da bancada do partido, que insiste em presidencialismo com eleição em 88. "Se Aureliano quiser ser candidato a presidente (pelo PFL) tem que lutar pela continuidade do presidencialismo", disse ontem o deputado Jaime Santana (PFL-MA).

Santana acusou Aureliano, ontem, de não ter exercido seu poder de influência junto aos constituintes da Sistematização (pelo menos seis votos) em defesa do presidencialismo. "Ele se omitiu", disse. O deputado quer a candidatura de Aureliano lançada imediatamente, pois esta seria a única forma de garantir a já precária unidade do PFL. E também porque esse fato poderia reverter a tendência parlamentarista do Congresso constituinte.